



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

078. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – PEB II (EDUCAÇÃO ESPECIAL)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Preparar as crianças contra as fake news

A propagação de notícias falsas já mostrou seu poder de influenciar eleições e dividir sociedades, potencializando preconceitos e ódios. Que efeito terá em crianças e jovens que não receberam uma formação para a leitura de notícias?

Sem entender o que se passa ao redor, as crianças não se sentem parte da sociedade. Elas ouvem, principalmente pela televisão, e leem na internet o que está circulando no momento. Percebem quando algo de grave ocorre, até porque podem viver em casa o problema estampado nas manchetes dos jornais, como o desemprego dos pais.

Já ouviram falar de *fake news*, mas não sabem em quem confiar nem como identificar a credibilidade de uma informação, além de que diferenciar informação de opinião é difícil para elas.

Como muitos adultos também se mostram incapazes de detectar uma notícia falsa, as crianças acabam muitas vezes sem orientação, ficam à margem do debate.

Encontra-se aí um grave problema: se elas não tiverem formação para ler notícias e não exercitarem o senso crítico para se protegerem de informações mentirosas, iremos perder uma geração inteira que poderia (e deveria) promover as mudanças que tanto queremos.

As crianças são curiosas por natureza e querem se informar. Além disso, têm o direito de acesso às mídias e de participação no debate público assegurado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

A experiência mostra que, tendo acesso a notícias adequadas aos seus repertórios e contextualizadas, sentem-se parte da sociedade e tornam-se mais autônomas.

Em várias ocasiões, impressionei-me com o protagonismo dos leitores mirins. Crianças de uma região carente do interior de São Paulo, que leram os textos sobre a crise dos refugiados sírios, organizaram um brechó com suas próprias roupas e entregaram o dinheiro a algumas famílias de refugiados que estão no Brasil.

Outras, tendo lido sobre o problema da obesidade infantil no Brasil, mobilizaram-se para organizar uma olimpíada. Algumas explicaram a seus pais o que significa *impeachment*.

O problema das *fake news* é mais grave do que se imagina. Caso não seja combatido desde a base, teremos crianças e jovens deixando de ler ou descrentes até de veículos com credibilidade.

Isso os deixará paralisados, sem saber como agir e vulneráveis a toda espécie de manipulação.

Jovens e crianças bem informados entendem o que se passa ao redor, formam as próprias opiniões e se tornam cidadãos críticos e ativos.

Não há maneira de controlar o que nossos filhos leem ou veem, mas podemos incluí-los no debate, compartilhar e discutir notícias com eles, ensinando-os a buscar fontes confiáveis e a exercitar o senso crítico.

Se perdermos essa geração para as *fake news*, que líderes teremos e o que eles farão pelo Brasil daqui a 20 anos?

(Stéphanie Habrich, diretora executiva do jornal "Joca", voltado para jovens e crianças. *Folha de S.Paulo*, 19.02.2018. Adaptado)

01. Segundo a autora, é necessário que os adultos

- (A) despertem a curiosidade nos pequenos e os estimulem a ser críticos diante dos fatos, atitudes que não são inerentes às crianças.
- (B) adaptem as notícias ao nível cognitivo das crianças e as ensinem a buscar fontes de informações idôneas.
- (C) debatam as notícias com as crianças e restrinjam o acesso à internet, considerada propagadora de *fake news*.
- (D) levem as crianças a perceber que os fatos noticiados se reproduzem domesticamente e discutam com elas estritamente temas infantis.
- (E) preparem as crianças para reconhecer as *fake news* e contextualizem as notícias, omitindo a gravidade dos fatos.

02. No texto, os trechos "potencializando preconceitos e ódios", no primeiro parágrafo, e "o protagonismo dos leitores mirins", no oitavo parágrafo, significam, respectivamente:

- (A) reforçando preconceitos e ódios; a competição entre os leitores mirins.
- (B) mitigando preconceitos e ódios; a convivência entre os leitores mirins.
- (C) ampliando preconceitos e ódios; a notoriedade dos leitores mirins.
- (D) intensificando preconceitos e ódios; as iniciativas dos leitores mirins.
- (E) renovando preconceitos e ódios; as habilidades dos leitores mirins.

03. Considere os trechos do texto.

- A experiência mostra que, **tendo** acesso a notícias adequadas aos seus repertórios e contextualizadas... (7º parágrafo)
- Outras, **tendo lido** sobre o problema da obesidade infantil no Brasil, mobilizaram-se para organizar uma olimpíada. (9º parágrafo)

Para que os trechos selecionados apresentem, respectivamente, as ideias de condição e de tempo, as formas verbais destacadas devem ser substituídas por:

- (A) desde que tenham; como leram
- (B) ainda que tenham; conforme tenham lido
- (C) quando têm; mesmo que tenham lido
- (D) se tiverem; já que leram
- (E) caso tenham; depois que leram

04. Considere os trechos destacados nas frases reescritas com base no texto.

- A formação para a leitura é essencial: portanto, que consequências haverá para crianças e jovens que não **tiverem essa formação?**
- Crianças se informaram a respeito do *impeachment* e **explicaram o *impeachment*** a seus pais.
- Algumas crianças, interessadas pelos problemas dos refugiados, organizaram um brechó para **entregar às famílias** o dinheiro arrecadado.

De acordo com a norma-padrão de emprego e colocação de pronomes, os trechos destacados estão corretamente substituídos na alternativa:

- (A) a tiverem; explicaram-no; entregar-lhes
- (B) a tiverem; lhes explicaram; as entregar
- (C) lhe tiverem; o explicaram; entregar-lhes
- (D) tiverem-na; explicaram-no; entregar-lhes
- (E) tiverem-na; lhes explicaram; as entregar

05. Sem entender o que ocorre no mundo, crianças e jovens são levados _____ uma atitude de passividade, pois, sem as ferramentas para analisar os fatos criteriosamente, não chegarão _____ ser cidadãos ativos. Não podemos perder essa nova geração, _____ qual atribuímos o futuro do país.

Em conformidade com as regras de emprego do sinal indicativo de crase, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à ... a ... à
- (B) à ... à ... à
- (C) à ... à ... a
- (D) a ... a ... à
- (E) a ... à ... a

06. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal.

- (A) Alguns problemas sociais que vem estampados no jornal pode ser identificados em diversos lares.
- (B) Infelizmente, a divulgação de *fake news* por pessoas irresponsáveis incentiva preconceitos, o que potencializam conflitos sociais.
- (C) Servir-se de fontes de informação confiáveis é importante, pois os adultos também têm dificuldade de identificar notícias falsas.
- (D) O acesso às mídias e a participação social está entre os itens garantidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.
- (E) Para a autora, convêm preparar jovens e crianças contra as armadilhas perigosas das *fake news*.

Considere o texto e a foto seguintes para responder às questões de números 07 a 10.



Lunch atop a skyscraper, de Charles C. Ebbets

(<https://bit.ly/2XqoPlz>)

Almoço com as estrelas

Já houve muita discussão sobre a autenticidade de uma das fotos mais famosas de todos os tempos: *Lunch atop a skyscraper* (algo como *Almoço no topo de um arranha-céu*). A teoria mais escandalosa é que a foto seria uma montagem. Não é. Nos anos 30, quando foi tirada, não havia tecnologia para forjar os personagens num fundo falso. O negativo é de vidro e encontra-se nos cofres da Agência Corbis.

Outra teoria: os onze operários estariam ali protegidos por redes. Não. Estão correndo risco, ainda que tenham tido o cuidado de posar para a foto. Ou seja, não apareceu um fotógrafo do nada ao meio-dia de 20 de setembro de 1932 e simplesmente flagrou o almoço da rapaziada. Até porque fotógrafos e modelos estão a quase 250 m de altura, na estrutura de um edifício na Rua 48, em Nova York.

Naquele dia, três fotógrafos estiveram na construção, segundo Ken Johnston, diretor de fotos históricas da Corbis.

A foto, hoje atribuída a Charles C. Ebbets, foi publicada no dia 2 de outubro de 1932, no jornal *The New York Herald Tribune*, e trazia a legenda: “Enquanto milhares de nova-iorquinos se apressam em restaurantes e lanchonetes fervilhantes de clientes, esses trabalhadores intrépidos obtêm todo o ar e liberdade que querem almoçando sobre uma viga de aço”.

(*Aventuras na História*, dezembro de 2012. Adaptado)

07. De acordo com as informações do texto, duas hipóteses descartadas a respeito da foto são:

- (A) os operários, a princípio, recusaram-se a posar para a foto; cenários falsos em fotos eram inviáveis tecnologicamente.
- (B) a Agência Corbis selecionou os três profissionais que tiraram a foto; a foto foi publicada com fins publicitários.
- (C) os operários foram fotografados à frente de um fundo falso; a segurança dos operários estava garantida por redes.
- (D) o objetivo de Ebbets era captar uma situação inusitada; a autoria da imagem gerou desavenças entre os três fotógrafos.
- (E) a qualidade do negativo feito de vidro estava comprometida; o trabalho era uma adulteração fotográfica da cena.

08. No último parágrafo, os termos **fervilhantes** e **intrépidos** foram empregados:

- (A) ambos em sentido próprio, significando respectivamente *cheios* e *arrojados*.
- (B) ambos em sentido figurado, significando respectivamente *abarroçados* e *destemidos*.
- (C) o primeiro em sentido próprio e o segundo em sentido figurado, significando respectivamente *repletos* e *ousados*.
- (D) o primeiro em sentido figurado e o segundo em sentido próprio, significando respectivamente *lotados* e *corajosos*.
- (E) o primeiro em sentido figurado e o segundo em sentido próprio, significando respectivamente *dependentes* e *habilitados*.

09. Na frase “A teoria mais escandalosa é que a foto seria uma montagem.”, o termo **mais** expressa a mesma circunstância adverbial presente na expressão destacada em:

- (A) Almoço realizado **diariamente** no topo de um arranha-céu.
- (B) Almoço, **bastante** inusitado, realizado no topo de um arranha-céu.
- (C) Almoço **com os colegas de trabalho** realizado no topo de um arranha-céu.
- (D) Almoço realizado **irreverentemente** no topo de um arranha-céu.
- (E) Almoço realizado, **talvez** uma única vez, no topo de um arranha-céu.

10. Supondo uma outra legenda para a foto, ela estará em conformidade com a regência padrão se redigida da seguinte forma:

- (A) Uma cena com que muitos não creem: insensíveis do medo, operários descansam a quase 250 metros de altura.
- (B) Uma cena a que muitos duvidam: expostos ao perigo, operários descansam a quase 250 metros de altura.
- (C) Uma cena em que muitos se espantam: indefesos diante à cidade, operários descansam a quase 250 metros de altura.
- (D) Uma cena de que muitos não se convencem: desprovidos com equipamentos de segurança, operários descansam a quase 250 metros de altura.
- (E) Uma cena de que muitos se maravilham: indiferentes aos riscos, operários descansam a quase 250 metros de altura.

11. Ao refletir sobre o Conselho Escolar e o compromisso da escola para um desenvolvimento com igualdade social, em um dos cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC), Maria Ângela da Silva Aguiar afirma: “A educação escolar, como direito social, teria como um de seus principais objetivos contribuir para a _____, envolvendo todos os aspectos da vida em sociedade.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna com a ideia da autora.

- (A) ascensão social
- (B) transmissão do conhecimento
- (C) socialização
- (D) globalização
- (E) autossuficiência

12. No documento “A função social da escola” – apresentado na Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, Celina Alves Arêas defende que educação não é mercadoria e que comercializar estudantes é crime. Em tal defesa, a autora considera que um governo comprometido com uma educação de qualidade deve

- (A) investir no ensino público, controlar e regulamentar o ensino privado.
- (B) incentivar a meritocracia nas instituições educacionais.
- (C) discutir com os organismos internacionais, os rumos da educação nacional.
- (D) estabelecer dois sistemas nacionais de educação: um da rede pública e outro do setor privado.
- (E) impedir que o livre mercado regule o ensino privado.

13. Daniela Auad, em seu livro *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*, discorre sobre a distinção entre os termos “escola mista” e “coeducação”. A autora defende que

- (A) a escola mista é condição suficiente para coeducação se desenvolver.
- (B) práticas escolares nas quais as relações de gênero são polarizadas são práticas coeducativas.
- (C) os meninos podem atrapalhar o rendimento escolar das meninas e, por essa razão deveriam frequentar escolas separadas.
- (D) feminino e masculino devem ser percebidos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais.
- (E) a escola ser mista, não é pré-requisito para coeducação.

14. Tanto no ECA quanto na LDB, a efetividade do direito à educação das crianças e dos adolescentes deve contar com a ação integrada dos agentes escolares e pais ou responsáveis. Em *Relações Contemporâneas Escola-Família*, Castro e Regattieri defendem que
- (A) em comunidades vulneráveis, é necessário adequar o papel da escola, priorizando funções assistencialista necessárias ao bem-estar infantil, e, na sequência, realizar o direito da criança e do adolescente à educação.
 - (B) a doutrina da proteção integral pressupõe a atuação conjunta de família e profissionais da educação no processo de ensino das crianças com dificuldades de aprendizagem.
 - (C) é desejável que se anule a assimetria entre educadores escolares e familiares, pois ela afasta a garantia educacional de nossas crianças.
 - (D) a dupla função – representante do filho e representante da comunidade – torna mais complexa a delimitação dos lugares reservados aos pais e mães na escola.
 - (E) é papel das famílias dividir com a escola a tarefa educativa, acompanhando seus pupilos nas tarefas de casa.
15. De acordo com Jussara Hoffman, autora do artigo *Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento*, uma avaliação mediadora
- (A) organiza-se através do modelo ‘transmitir-verificar-registrar’.
 - (B) é aquela em que professor e aluno buscam coordenar seus pontos de vistas, trocando ideias, reorganizando-as.
 - (C) fortalece-se pela prática de julgamento de resultados alcançados pelo aluno e definidos como ideais pelo professor.
 - (D) é um fenômeno com características reprodutivistas, em que a prática vivida pelos estudantes nos cursos de formação docente passa a ser o modelo a ser seguido quando professor.
 - (E) tem uma visão de conhecimento positivista baseada numa concepção classificatória de avaliação.
16. De acordo com José Carlos Libâneo, o planejamento abrangente de todo o conjunto de atividades escolares, não apenas do currículo, recebe o nome de
- (A) ensino.
 - (B) cultura organizacional.
 - (C) projeto pedagógico.
 - (D) avaliação.
 - (E) comunidade de aprendizagem.
17. Tomadas de decisão são necessárias para a elaboração coletiva do projeto pedagógico-curricular de uma instituição. Libâneo afirma ser “desejável que os professores e os especialistas formem um consenso mínimo em torno de opções sociais, políticas e pedagógicas, do papel social e cultural da escola na sociedade.” O autor se refere
- (A) ao sistema e às práticas de gestão negociadas.
 - (B) à unidade teórico-metodológica e ao trabalho pedagógico-didático.
 - (C) ao sistema explícito de acompanhamento e avaliação do projeto e das atividades da escola.
 - (D) aos objetivos (pontos de chegada comuns).
 - (E) aos princípios (pontos de partida comuns).
18. José Manuel Moran, em texto intitulado *Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias*, aponta a importância de equilibrar o planejamento didático para garantir processos organizados e também desafiadores em sala de aula. Para ele, as novas tecnologias favorecem e demandam uma ação docente em que “predomina a _____ no planejamento didático quando o professor trabalha em cima de experiências, projetos, novos olhares de terceiros: artistas, escritores...”
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.
- (A) desorganização
 - (B) organização
 - (C) metodologia ativa
 - (D) didática
 - (E) ordem
19. De acordo com a perspectiva crítica defendida por Selma Garrido Pimenta, no artigo *A Construção do Projeto Pedagógico na Escola de 1º grau*, a escola para todos é uma escola
- (A) a que todos têm acesso, estando desvinculada das condições sociais.
 - (B) planejada de forma a reconhecer o mérito daqueles que demonstram maior capacidade intelectual e identificar aqueles que não estão aptos a alcançar o nível de aprendizagem que a escola exige.
 - (C) mantida pelo Estado enquanto equalizador das contribuições dos cidadãos.
 - (D) dual, que oferta um ensino acadêmico para o público-alvo adequado e um ensino profissionalizante para os demais.
 - (E) que conta com profissionais, sobretudo pedagogos, dedicados a transmitir a ordem vigente.

20. Ao buscarem identificar a postura pedagógica esperada dos educadores em atendimento às demandas contemporâneas da sociedade da informação, Cecília Queiroz e Filomena Moita, em texto sobre os novos paradigmas educacionais, afirmam a necessidade de que
- (A) se priorize o combate ao analfabetismo tecnológico antes do analfabetismo funcional, pois na atualidade ele se revela como mais preocupante.
 - (B) a escola se dedique ao acúmulo de informações, revelado como condição essencial para a vida prática, no trabalho e fora dele.
 - (C) o erro cometido pelo aluno, no processo de aprendizagem, deve ser rapidamente corrigido pelo professor para que não se estabilize.
 - (D) através do ensino por competências, se ensine aos alunos o que eles precisam aprender para ser cidadão.
 - (E) os docentes trabalhem de forma interdisciplinar, ou seja, que as diferentes disciplinas trabalhem um mesmo tema.
21. De acordo com a perspectiva de Telma Pileggi Vinha, em seu artigo *O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista*, assinale a alternativa correta.
- (A) A forma mais indicada para se ensinar moralidade é por meio de histórias infantis, como *Pinóquio* e *A cigarra e a formiga*, que são bons exemplos, respectivamente, para abordar o problema da mentira e a importância da solidariedade e cooperação.
 - (B) Toda sala de aula necessita ser regida por regras, todavia, toda regra é flexível e pode ser negociada com as crianças, caso a caso.
 - (C) Crianças de seis anos já têm autonomia moral para escolher qual sanção ou castigo pode ser dado ao colega que descumpriu uma regra coletiva.
 - (D) Moral heterônoma se manifesta quando uma pessoa governa a si mesma, é responsável pelos seus atos e leva em conta o outro antes de tomar uma decisão.
 - (E) A construção dos valores se dá a partir da interação da criança com pessoas e situações.
22. Segundo Maria Teresa Egler Mantoan, autora do livro *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como Fazer?*, pode-se considerar como práticas inclusivas para alunos com deficiência a adoção de
- (A) aceleração da aprendizagem para alunos com defasagem idade/série.
 - (B) um eixo educativo de ensino para todos.
 - (C) programas de reforço paralelo.
 - (D) programas de reforço continuado.
 - (E) adaptações curriculares.
23. Teresinha Azeredo Rios defende, em sua obra, a ideia de que a competência docente se manifesta por meio de quatro dimensões, a saber:
- (A) teórica, metodológica, ética e operativa.
 - (B) cinesiológica, motora, política e ética.
 - (C) técnica, política, ética e estética.
 - (D) operativa, política, plural e estética.
 - (E) filosófica, didática, metodológica e social.
24. O trabalho com tematização da prática é uma estratégia importante de desenvolvimento profissional. De acordo com Telma Weisz, autora de *O diálogo entre ensino e aprendizagem*, tal estratégia possibilita ao docente
- (A) transmitir o mais claramente possível o que deseja que seus alunos aprendam.
 - (B) aprender a aplicar as novidades em matéria de técnicas de ensino.
 - (C) compensar as deficiências de sua formação inicial.
 - (D) fortalecer a dicotomia certo ou errado que costuma marcar a prática docente.
 - (E) olhar para a prática da sala de aula como um objeto sobre o qual se pode pensar.
25. De acordo com Zabala, os conteúdos de aprendizagem dizem respeito
- (A) aos conhecimentos das matérias ou disciplinas clássicas.
 - (B) aos conhecimentos de nomes, conceitos, princípios, enunciados e teoremas.
 - (C) aos conhecimentos estritamente disciplinares e de caráter cognitivo.
 - (D) às matérias organizadas dentro de um livro didático, qualquer que seja a disciplina.
 - (E) a tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos.
26. De acordo com o inciso I, do artigo 208, da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica gratuita
- (A) dos 2 (dois) aos 18 (dezoito) anos de idade, tornando-se optativa gratuidade após a maioridade civil.
 - (B) dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade certa.
 - (C) dos 6 (seis) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, caso tenha vaga, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade certa.
 - (D) dos 5 (cinco) aos 18 (dezoito) anos de idade, desobrigando o Estado a fornecer ensino gratuito após a maioridade civil.
 - (E) às pessoas com deficiência em qualquer idade, na rede regular de ensino.

27. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90) determina que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. A lei diz que o governo precisa controlar quantas crianças estão na escola, fazer a chamada todos os dias e, junto com os pais, cuidar para que a criança não fique faltando à aula. Em seu artigo 56, afirma que os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

- (A) elevados níveis de repetência.
- (B) comparecimento reiterado de aluno sem uniforme e sem material escolar.
- (C) consumo de drogas nas imediações da escola.
- (D) brigas e desentendimentos entre alunos na sala de aula.
- (E) alunos portando armas dentro da instituição.

28. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no artigo 12, de seu título IV (Da Organização da Educação Nacional) estabelece as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Entre tais incumbências está a de

- (A) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
- (B) estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz.
- (C) assumir o transporte escolar dos alunos que residam a mais de 3 (três) quilômetros de distância da escola.
- (D) captar recursos de autofinanciamento junto a instituições parceiras.
- (E) recensear, periodicamente, as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

29. De acordo com o artigo 6º, da Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, “é necessário considerar as dimensões _____, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.”

Assinale a alternativa que completa a lacuna corretamente.

- (A) profissionalizantes
- (B) do encontro e do conhecimento escolar
- (C) pedagógica e socializadora
- (D) do educar e cuidar
- (E) da cooperação e do exercício da cidadania

30. O estudo da história e das culturas indígena e afro-brasileira, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, é

- (A) obrigatório para o referido nível de ensino.
- (B) optativo para o referido nível de ensino.
- (C) exclusivo à disciplina de História.
- (D) destinado prioritariamente aos anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono ano).
- (E) específico das escolas inseridas nas comunidades indígenas e quilombolas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Lei nº 13.146/2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 3º, define barreiras como:

“(…) qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (...)”.

No mesmo artigo, as barreiras são classificadas e descritas como:

- I. Existentes nos edifícios públicos e privados.
- II. Impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- III. Existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de identificação do tipo de barreira.

- (A) I. Arquitetônica – II. Atitudinal – III. Urbanística.
- (B) I. Urbanística – II. Pedagógica – III. Atitudinal.
- (C) I. Tecnológica – II. Atitudinal – III. Urbanística.
- (D) I. Arquitetônica – II. Comunicacional – III. Social.
- (E) I. Estrutural – II. Comportamental – III. Tecnológica.

32. O documento *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva* (MEC, 2010) ao analisar a organização e proposta do Atendimento Educacional Especial diferencia recursos de conteúdos.

Assinale a alternativa que se refere corretamente a um conteúdo do AEE.

- (A) Prancha de Comunicação alternativa e aumentativa – CAA.
- (B) Material didático em Braille.
- (C) Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- (D) Engrossador de lápis.
- (E) Lupa.

33. A Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 10, orienta como o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os quesitos a serem contemplados na organização do AEE no projeto pedagógico.

- (A) Mobiliário, materiais didáticos e recursos pedagógicos das salas de recursos multifuncional equipados com os das salas comuns.
- (B) Cronograma de atendimento aos alunos elaborado pelos professores da sala comum a ser desenvolvido pelos professores especialistas.
- (C) Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas.
- (D) Necessidade de outros profissionais da educação, após 3 meses de frequência dos alunos na escola, tais como: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- (E) Matrícula no AEE de alunos independente de matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola.

34. Considerando-se as contribuições de Mazzotta (2011), em seu livro *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*, assinale a alternativa correta.

- (A) A trajetória da Educação Especial no Brasil sempre se desenvolveu com o equilíbrio das iniciativas oficiais e particulares integradas e articuladas às políticas públicas de educação.
- (B) A política em Educação Especial no Brasil caracteriza-se pela ênfase no atendimento segregado em instituições especializadas particulares em detrimento do atendimento educacional inclusivo nas escolas públicas.
- (C) O modelo de atendimento na Educação Especial, desde os primórdios, é o da educação para todos, premissa básica do liberalismo, que sustentou as tendências abolicionistas e republicanas.
- (D) A partir dos anos de 2000, o ensino regular apresentou um aumento de matrículas de alunos especiais, predominantemente alunos com surdez e baixa visão nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- (E) O modelo de atendimento na Educação Especial é o pedagógico, desde a Constituição de 1821, com ênfase no desenvolvimento do aluno a partir de suas limitações em virtude da deficiência.

35. A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial. Educação na perspectiva da educação inclusiva, especificamente em seu artigo 6º, dispõe sobre a identificação das necessidades educacionais especiais e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário dos alunos.

A respeito do disposto no artigo 6º, assinale a alternativa correta.

- (A) Corpo docente e coordenadores fornecem as informações necessárias para a tomada de decisão dos diretores e supervisores.
- (B) A colaboração da família no processo de diagnóstico, realizado pela direção da escola, envolve a retomada da história do desenvolvimento do aluno e da composição familiar.
- (C) Os serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como o Ministério Público, são prioritários no processo de identificação das necessidades educacionais especiais.
- (D) Cabe à escola realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno, do processo de ensino e da aprendizagem.
- (E) O setor responsável pela Educação Especial é acionado somente após o diagnóstico médico do aluno e a identificação de sua deficiência.

36. Machado (2009) descreve em sua pesquisa como a Sala Multimeios e os recursos podem ser disponibilizados para atendimento dos alunos com deficiência. Ela descreve recursos como: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Recursos de Mobilidade, Materiais didático-pedagógicos adaptados como plano inclinado, engrossadores de lápis dentre outros.

Esses recursos são disponibilizados para alunos com deficiência

- (A) visual – cegueira.
- (B) visual – baixa visão.
- (C) física.
- (D) intelectual.
- (E) auditiva – surdez.

37. De acordo com o documento *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, do MEC (2008), para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita

- (A) o atendimento clínico-pedagógico na escola.
- (B) a atuação na classe comum com alunos que têm defasagem de conteúdo.
- (C) oferecer formação à comunidade sobre a etiologia da deficiência e das doenças.
- (D) desenvolver planos de intervenção psicológica com as famílias.
- (E) a atuação no AEE, evidenciando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação na sala comum.

38. Sala e Aciem (2013) citam Grigsby que afirma: "(...) a abertura da escola para a diversidade em contextos marcados historicamente pela exclusão, segmentação, seletividade e discriminação é um processo muito complexo e de longo prazo, sobretudo nos países em que a cultura da exclusão está mais enraizada que a da inclusão".

A partir da contribuição das autoras, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de marginalização de algumas pessoas acaba por ser visto como algo inerente e de responsabilidade do modo de produção econômico.
- (B) A filantropia e assistencialismo na educação, que caracterizam a história do atendimento à pessoa com deficiência, promoveram mudanças na cultura de exclusão social.
- (C) A seletividade e a discriminação são fenômenos naturais dos indivíduos diante de características físicas, cognitivas e psíquicas.
- (D) A organização social se sustenta pela lógica neoliberal em que são oferecidas oportunidades para todos, principiando com as oportunidades escolares.
- (E) O contexto político e econômico globalizado tende a excluir os não produtivos, os não letrados e aqueles que, no imaginário social, significam risco à sociedade.

39. A "Declaração de Salamanca" (UNESCO, 1994) é um documento que trata dos princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Sobre os princípios da escola inclusiva apresentados pela declaração, assinale a alternativa correta.

- (A) Entende-se que cada criança tem o direito fundamental à educação e a escola inclusiva deve garantir oportunidade para todos os alunos, com ou sem deficiência, conseguir e manter o mesmo nível aceitável de aprendizagem.
- (B) As crianças têm as mesmas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem e os sistemas de educação devem ser planejados ofertando programas educativos, tendo em vista a necessidade de equiparação de características e necessidades divergentes.
- (C) A escola inclusiva deve ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível a educar a todas com sucesso, incluindo as que apresentam graves incapacidades.
- (D) As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares quando houver condições de ambos os lados, ou seja, a família que aceita o filho com deficiência e a escola preparada para recebê-lo.
- (E) A pedagogia centrada na criança somente é benéfica quando todos os alunos, com ou sem deficiência, puderem usufruir de seu impacto. Muitas vezes é preciso baixar o nível do ensino, se há um aluno com deficiência em sala de aula, para que todos possam aprender.

40. Com base nas contribuições de Assis (2009), em sua obra *Classe hospitalar: um olhar pedagógico singular*, assinale a alternativa correta sobre a atuação do professor em classes hospitalares.

- (A) O currículo deve ser flexível e multicultural, de forma que possibilite o atendimento individual ao aluno enfermo, bem como permitir que esse aluno se perceba como agente de seu processo educacional e de tratamento no processo de transformação da realidade.
- (B) O professor da classe hospitalar tem autonomia para o desenvolvimento de seu trabalho, pois não está vinculado a nenhuma unidade escolar e não pertence a nenhuma equipe pedagógica. A supervisão e orientação do desenvolvimento de seu trabalho são feitas pela equipe hospitalar.
- (C) A avaliação pedagógica do aluno durante seu afastamento da escola e em situação de internação hospitalar deverá ser realizada pelo professor que o atende no hospital. Diferentemente, o aluno enfermo que permanece em seu domicílio deverá ser acompanhado e avaliado pelo professor da escola mais próxima.
- (D) O trabalho do professor em classes hospitalares caracteriza-se por ser desenvolvido em grupo, compartilhando experiências, dúvidas e reflexões acerca de sua prática, preferencialmente com supervisão de equipe multidisciplinar do próprio hospital.
- (E) O professor de classes hospitalares atua como mediador do conhecimento e das relações interpessoais do aluno, tendo como intuito reproduzir as mesmas condições de sala de aula comum no hospital.

41. Na Lei nº 10.098/94, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, encontra-se a seguinte definição: "(...) concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva."

Essa definição refere-se a

- (A) comunicação geral.
- (B) arquitetura de produtos para pessoas com deficiência.
- (C) técnica global.
- (D) desenho universal.
- (E) mobiliário urbano acessível.

42. Amaral, em capítulo publicado no livro de Aquino (1998) intitulado *Diferenças e preconceitos na escola*, ao discutir os mitos, que são leituras tendenciosas, em relação à deficiência, explica: “O indivíduo não é alguém com uma dada condição, é aquela condição específica e nada mais do que ela (...).”

A explicação da autora refere-se a que mito?

- (A) Ideologia da força de vontade – a pessoa com deficiência, se tiver desejo e criar condições, supera as limitações da própria deficiência.
- (B) Contágio osmótico – a pessoa com deficiência, no convívio social, pode ‘contaminar’ os não deficientes com limitações da própria deficiência.
- (C) Correlação linear – se a pessoa com deficiência tem determinadas características, naturalmente todas as outras pessoas com a mesma deficiência possuem também tais características.
- (D) Generalização indevida – a pessoa com deficiência é vista como a encarnação da ineficiência total, não apenas a ligada à própria deficiência.
- (E) Culpabilização da vítima – a pessoa com deficiência é responsabilizada pela condição de deficiente, como se fosse uma escolha pessoal.

43. No Decreto nº 3.956/2001 encontra-se a definição: “Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais”*.

Com base nesse Decreto, assinale a alternativa correta que corresponde a essa definição.

* Foram respeitadas exatamente as terminologias do Decreto em questão.

- (A) Anteposição contra pessoas portadoras de deficiência.
- (B) Distinção contra pessoas portadoras de deficiência.
- (C) Preferência por marginalização contra pessoas portadoras de deficiência.
- (D) Distrato por segregação contra pessoas portadoras de deficiência.
- (E) Discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.

44. Batista e Mantoan (2005), que dão suporte à análise do relato da pesquisa de Machado (2009), ao analisarem a formação do professor que atua na Educação Especial em escolas regulares, esclarecem que o planejamento, a seleção da atividade e a avaliação de aproveitamento dos alunos compõem requisitos básicos de prática do professor. No entanto, as autoras afirmam que esses requisitos não são suficientes para a prática docente, sendo também importante considerar que

- (A) a identificação do aluno com deficiência, bem como a caracterização de suas habilidades, possibilita a discriminação de recursos e equipamentos adequados às necessidades do trabalho na escola.
- (B) os recursos e serviços devem ser disponibilizados por instituições especializadas naquela deficiência e o professor se responsabilizar pelo encaminhamento do aluno.
- (C) é dever da rede pública disponibilizar para as escolas os recursos e serviços, de forma ampla e geral, bem como atender os alunos com deficiência de acordo com as possibilidades da escola.
- (D) o conhecimento dos recursos e serviços de Tecnologia Assistiva é fundamental e possibilita maior independência funcional da pessoa com deficiência intelectual.
- (E) a escola necessita avaliar se está preparada para receber os alunos com deficiência, considerando aspectos como: físico, pedagógico, social e emocional.

45. No documento *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva* (MEC, 2010) encontra-se o trecho: “É a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como mote questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte”.

Essa escola é denominada no referido documento como escola

- (A) comum.
- (B) das diferenças.
- (C) especial.
- (D) da diversidade.
- (E) da desigualdade.

46. No documento *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações* (MEC, 2002) está claro que a equipe pedagógica de atuação na classe hospitalar e no atendimento pedagógico domiciliar deverá ser composta por: professor coordenador, professor e profissional de apoio; sendo que o professor na classe hospitalar e no atendimento pedagógico domiciliar deve

- (A) propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja no seu ingresso.
- (B) auxiliar na organização do espaço e no controle da frequência dos educandos, contribuir com a adequada higiene do ambiente e dos materiais, a desinfecção concorrente e terminal dos mesmos, bem como o acompanhamento dos educandos para uso do banheiro e na alimentação em classe.
- (C) conhecer a dinâmica do hospital, bem como as técnicas e terapêuticas que envolvem cada uma das doenças, saber prestar os primeiros socorros quando tiver alguma urgência, antes mesmo da equipe médica chegar ao local.
- (D) ter sólida formação religiosa e pedagógica, preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas, bem como especialização em Psicologia.
- (E) articular-se com a equipe de saúde do hospital, com a Secretaria de Educação e com a escola de origem do educando, com o intuito de definir demandas de aquisição de bens de consumo e de manutenção e renovação de bens permanentes.

47. Amaral, em capítulo publicado no livro de Aquino (1998) intitulado *Diferenças e preconceitos na escola*, pauta-se pela definição de deficiência como a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função (....). A autora explica a deficiência como um fenômeno global distribuído em dois subfenômenos:

- I. Aspectos descritivos e intrínsecos. Impede ritmos e formas usuais de desenvolvimento.
- II. Aspectos relativos, valorativos, extrínsecos dentre outros. Reflete a cultura e os valores de uma sociedade.

Esses subfenômenos são denominados por Amaral de

- (A) I. Deficiência restritiva – II. Deficiência redutiva.
- (B) I. Desvantagem – II. Incapacidade.
- (C) I. Limitações básicas – II. Limitações essenciais.
- (D) I. Defeito básico – II. Impacto social.
- (E) I. Deficiência primária – II. Deficiência secundária.

48. Tomando como base a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade Educação Especial, e o documento oficial do MEC acerca da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entende-se que a partir da “Declaração de Salamanca” (1994), o conceito de necessidades educacionais especiais é amplamente disseminado, bem como ressaltado o desafio do ensino regular no atendimento a todos os alunos em idade escolar.

Diante disso, assinale a alternativa correta a respeito dos alunos atendidos pela Educação Especial.

- (A) Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo, os alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.
- (B) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.
- (C) A perspectiva conceitual transformadora de necessidades educativas especiais possibilitou que as políticas educacionais implementadas alcançassem o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos.
- (D) Alunos com deficiência contam com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- (E) Alunos com transtornos funcionais específicos, como altas habilidades/superdotação, são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

49. Conforme Machado (2009), os recursos: ferramentas de comunicação como sintetizadores de voz, Sorobã, audio-livros, dentre outros, presentes na Sala Multimeios, atendem alunos com deficiência

- (A) intelectual.
- (B) visual – cegueira.
- (C) física.
- (D) auditiva – surdez.
- (E) visual – baixa visão.

50. A “Declaração de Jomtien” – Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) – analisa e propõe novos enfoques de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, promovendo a equidade e universalização do acesso à educação. Considerando-se que um dos pontos centrais do documento é o processo de aprendizagem na educação básica, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que a educação básica se torne equitativa, é fundamental oferecer a todos os jovens e adultos, oportunidades de alcançar e manter um padrão de aprendizagem técnica voltada para o mercado de trabalho e de acordo com as limitações de cada aluno.
- (B) A educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma.
- (C) As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências devem ser consideradas juntamente com a dos outros alunos. É preciso tomar as mesmas medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos deficientes educáveis.
- (D) A aprendizagem efetiva de um ser humano começa a partir dos 2 anos com o surgimento da linguagem. Isso implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja por meio de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado.
- (E) As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são importantes, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária para a convivência social, no entanto, o ensino da conduta moral e ética deve prevalecer, visto que são indivíduos com defasagem social.

